



ENANCIB 2022

PORTO ALEGRE | UFRGS | PPGCIN

XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação • ENANCIB
Porto Alegre • 07 a 11 de novembro de 2022

XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT-1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO MÉTODO PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS NO CONTEXTO IBERO-AMERICANO

ARCHIVAL IDENTIFICATION AS A METHOD FOR RECORDS MANAGEMENT IN THE IBERO-AMERICAN CONTEXT

Alexandre Faben. UFF.

Ana Célia Rodrigues. UFF.

Carlos Guardado da Silva. Univ. Coimbra.

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Aborda a dimensão conceitual da identificação arquivística no contexto da gestão de documentos e de Arquivos dos países ibero-americanos. Trata-se de pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, que se desenvolve nos parâmetros da investigação documental, a partir da coleta, sistematização e análise de dados. Discute a ocorrência e a finalidade do termo e do conceito relacionado à identificação arquivística, como contribuição para os debates sobre gestão de documentos para o acesso à informação, transparência e integridade pública no contexto do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Demonstra o estado da arte sobre a identificação arquivística no contexto ibero-americano, o que permite analisar o cenário e refletir a respeito de questões que envolvem o desenvolvimento da identificação arquivística como método para a gestão de documentos e integridade pública. Evidencia-se que não há consenso terminológico e conceitual em obras de referência da área, por isso torna-se fundamental a definição do conceito de identificação arquivística, vista como um método que tem por objeto de estudo os documentos e seu produtor, dentro de determinado contexto, para que ocupe o lugar imprescindível de ponto de partida para a implementação de Programa de Gestão de Documentos.

Palavras-Chave: Identificação arquivística. Investigação Documental. Gestão de Documentos. Integridade Pública.

Abstract: It addresses the conceptual dimension of archival identification in the context of records management and Archives in Ibero-American countries. This is an exploratory research, of a qualitative nature, which is developed within the parameters of documentary research, based on the collection, systematization and analysis of data. It discusses the occurrence and purpose of the term and the concept of archival identification, as a contribution to debates on records management for access to information, transparency and public integrity. It demonstrates the state of the art on archival identification in the Ibero-American context, which allows analyzing the scenario and reflecting on the issues surrounding the development of archival identification as a method for document management and public integrity. In this way, it is evident that there is no consensus in archival terminology



dictionaries, so it is essential to define the concept of archival identification, seen as a method that has as its object of study the documents and their producer, within a certain context to occupy the essential place of starting point for the implementation of the Records Management Program.

Keywords: Archival Identification. Documentary Research. Records Management. Public integrity.

1 INTRODUÇÃO

A informação registrada no documento de arquivo é ativo estratégico para a tomada de decisões por parte das instituições, bem como na vida cotidiana dos cidadãos, aspectos que vão ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), em particular, o objetivo 16, voltado para promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos, e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

A relação dos arquivos com a Agenda 2030 se estabelece na medida em que o acesso à informação contribui para diminuir as vulnerabilidades sociais, conforme estabelecido nas seguintes metas dos ODS: 16.5 - que visa reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas; 16.6 - desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; 16.7 - garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis; 16.10 - assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Nesta perspectiva, alcançar tais metas dos ODS constitui um compromisso com o acesso à informação, transparência administrativa e integridade pública, ao viabilizar a prestação de contas e contribuir com a responsabilidade fiscal no combate à corrupção.

As instituições arquivísticas devem ser responsáveis e propulsoras de integridade pública e eficientes na organização e disponibilização da informação, fulcral para a implementação de Programa de Gestão de Documentos e Programa de Integridade Pública.

A transparência permite publicizar a informação registrada em documentos. Desta forma, com a viabilidade do acesso, é possível verificar as ações desenvolvidas pelo poder público e, com isso, dirimir desigualdades, ao contribuir para o combate à corrupção. A transparência é fundamental para garantir o controle social dos gastos públicos, pois o acesso à informação possibilita reportar irregularidade aos órgãos de controle.



Nesse sentido, identificar documentos a partir de um parâmetro que permita conhecer a ação que está registrada é a base para proporcionar o acesso à informação, garantir a transparência administrativa, fomentar a integridade pública a fim de viabilizar o cumprimento do ODS da Agenda 2030, aspectos que podem ser discutidos e relacionados no âmbito de um Programa de Integridade Pública, que deve possuir relação intrínseca com o Programa de Gestão de Documentos.

O Programa de Integridade Pública é o conjunto de medidas para prevenção de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta. A confiança da população nas instituições públicas, a partir da detecção e prevenção de irregularidades, reforça a credibilidade entre poder público e sociedade.

De forma geral, o Programa de Gestão de Documentos possibilita a definição de procedimentos que garantam o reconhecimento, a padronização e a localização de documento e informação exigidos para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI), conferindo transparência para estimular a integridade pública, e fortalecer a relação entre a administração pública e os cidadãos.

A partir dessa discussão inicial, para fundamentar o que se propõe, será necessário apresentar as influências da identificação arquivística, no contexto ibero-americano, para compreender o desenvolvimento e a aplicação do método.

Ao ampliar a discussão sobre o lugar da identificação Arquivística, enquanto método que permite reconhecer os documentos de arquivo com o intuito de possibilitar a transparência e o acesso à informação, e contribuir com a responsabilização e prestação de contas, o profissional da informação possui argumentos para dialogar com a administração governamental sobre integridade pública e combate à corrupção.

Pretende-se, com esta pesquisa, ampliar o debate científico ao responder à seguinte questão: como a gestão de documentos, fundamentada nos parâmetros da identificação arquivística, pode contribuir para a integridade da administração pública?

Coerente com esta discussão, o objetivo geral do artigo é compreender o lugar da identificação arquivística no diálogo entre a gestão de documentos e a integridade pública para o desenvolvimento sustentável e, especificamente, analisar a identificação arquivística como método no contexto ibero-americano.

Do ponto de vista científico, esta pesquisa se caracteriza como exploratória e de



natureza qualitativa, que se desenvolve nos parâmetros do método de investigação documental.

A investigação documental estabelece critérios para realizar a sistematização e seleção das publicações nos parâmetros apresentados por Carlos Guardado da Silva. Este método trará rigor para a revisão de literatura, e possibilitará análise das fontes (SILVA, 2019).

O método incide, numa primeira fase, sobre a pesquisa, seleção e análise sistemática de fontes de informação em uma realidade prática. A partir da coleta de dados, teremos a sistematização e a análise dos dados levantados, de acordo com parâmetros científicos, e implica a seleção do tipo e da natureza das fontes documentais em função do problema de investigação (SILVA, 2021).

Os procedimentos metodológicos adotados versam sobre a recuperação de dados sobre o termo e o conceito da identificação, que foi realizada em março de 2022, com base na legislação nacional, que dispõe sobre gestão de documentos e arquivos; nos manuais de procedimentos arquivísticos publicados pelos Arquivos Nacionais, e nos dicionários e/ou glossários de terminologia arquivística no âmbito dos 23 países que configuram o contexto ibero-americano: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Os dados estão sistematizados em quadro desenvolvido para visualização das informações recuperadas nas fontes de informação: Legislação Arquivística, Manuais de procedimentos arquivísticos, Dicionários de Terminologia e Glossários. Assim, apresenta um panorama internacional da identificação, no contexto arquivístico ibero-americano.

2 IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: DO TERMO AO CONCEITO

Os processos democratizantes das últimas quatro décadas têm impulsionado, de forma diferenciada, o desenvolvimento da Arquivística de diversos países ibero-americanos.

José Maria Jardim e Maria Luisa Conde Vilaverde (2012), no artigo intitulado “Os arquivos no mundo ibero-americano”, publicado no periódico *Arquivo & Administração*, em 2012, retomam a hipótese de uma tradição arquivística em comum no contexto ibero-americano, especialmente a partir da década de 80 do século XX, quando surge o termo “identificação”, no âmbito da Arquivística.



Segundo os autores:

Os projetos de independência e formação dos Estados Nacionais a partir do século XIX ou posteriormente, no século XX, mostraram singularidades históricas em vários países, acumulando, neste percurso, marcos simbólicos, políticos, econômicos e culturais. Nesse sentido, é razoável a hipótese de que existe uma matriz arquivística ibérica que caracterizaria um grupo de países que vivenciaram a colonização espanhola e portuguesa (CONDE VILAVERDE; JARDIM, 2012, p.23).

A percepção das características e peculiaridades em comum do pensamento arquivístico ibero-americano aparece na utilização de termos e na definição dos conceitos referentes à gestão de documentos, que se refletem, conseqüentemente, na concepção da metodologia arquivística.

Sem dúvida, ainda há muito que conhecer sobre o campo arquivístico ibero-americano. Esse conhecimento se expande com o esforço dos diversos atores que, nesse universo, buscam mais e melhores condições para a preservação e uso social dos arquivos, bem como para o desenvolvimento da disciplina Arquivística (CONDE VILAVERDE; JARDIM, 2012, p. 36).

A investigação das semelhanças e especificidades dos arquivos ibero-americanos pode oferecer novas diretrizes para os esforços de cooperação internacional, além de contribuir para a produção e a disseminação de conhecimento. Neste trabalho, apresenta-se um panorama do pensamento informacional ibero-americano, a partir do termo e do conceito de identificação na literatura arquivística.

Dentre as definições do conceito de Identificação apontadas na literatura espanhola e brasileira, pode ser categorizado como método, visto que um método é um modo de proceder a partir do desenvolvimento de uma atividade específica que possui operações, estados, processos específicos de uma determinada natureza, e, no contexto arquivístico, ele é qualitativo e investigativo (BUENO; RODRIGUES; CAMPOS, 2017).

O termo identificação passou a ser utilizado na Espanha por grupos de arquivistas da Direção de Arquivos Estatais do Ministério da Cultura para designar as tarefas de pesquisas realizadas sobre fundos acumulados em arquivos. Grupos de trabalho se formaram em países ibero-americanos, a fim de propor soluções para os arquivos de forma coordenada, os quais “com longa tradição administrativa e prática diária não haviam se preocupado com a



transferência sistemática de seus fundos documentais” (MENDO CARMONA, 2004, p. 41).

O termo identificação aparece a partir da década de 80 do século XX, como resultado de experiências metodológicas desenvolvidas por grupos de arquivistas, que se formaram em países ibero-americanos, para solucionar problemas de acumulação irregular de documentos em arquivos, contexto em que se inserem as práticas arquivísticas espanholas e brasileiras (LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO y BENITO, 2000, p. 14).

A proposta metodológica adotada por estes grupos de trabalho visava recuperar a fluidez do sistema de arquivos, enfocando a questão sob dois pontos de vista: controlar as séries documentais desde o momento de sua produção e àquelas acumuladas nos arquivos, definindo um limite cronológico como ponto de partida, denominada identificação e avaliação de fundos documentais (RODRIGUES, 2008).

Entretanto, Maria Luisa Conde Villaverde (1992, p.15-18) relata que, a partir dos resultados obtidos nestas experiências metodológicas, observou-se a necessidade de contrastar as práticas espanholas com as de outros países de tradição arquivística semelhante. Assim surgiu o Grupo Ibero-americano de Tratamento de Arquivos Administrativos (GITAA), do qual participavam, inicialmente, Espanha, Portugal, Brasil e México. As atividades do grupo passaram a ser realizadas na dupla vertente espanhola e ibero-americana, atendendo aos seguintes aspectos: análise da realidade administrativa e arquivística para distinguir as características que lhes são próprias; definição das bases metodológicas que devem fundamentar o novo modelo que se pretende desenhar; organização dos distintos grupos de trabalho para aplicação das bases metodológicas estabelecidas sobre fundos previamente definidos para o estudo.

Na Espanha, as discussões sobre a normalização dos processos de identificação de documentos de arquivo, para o controle da acumulação ou planejamento da gestão de documentos, abriram perspectivas que influenciaram a arquivística ibero-americana.

O Brasil integrou o movimento internacional que se formou em busca de referenciais metodológicos para resolver a superlotação dos arquivos, problema comum do qual compartilhavam os países ibero-americanos. Merecem referência os trabalhos dos grupos que se criaram no âmbito do Programa de Modernização Administrativa do Arquivo Nacional, no qual se destacam as propostas metodológicas desenvolvidas pelo Grupo de Identificação de Fundos Internos (GIFI), e pelo Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE), para



solucionar as questões de transferências e recolhimentos de fundos, assim como a metodologia de levantamento da produção documental para fins de avaliação de documentos no Ministério da Agricultura, desenvolvida pela Divisão de Pré-arquivo (RODRIGUES, 2008).

A metodologia desenvolvida por estes grupos de trabalho somou-se às discussões internacionais, tendo sido divulgada através de manuais, que passaram a servir de modelo para as práticas desenvolvidas nos arquivos brasileiros.

O Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil, demonstra a pertinência da aplicabilidade da metodologia da identificação como requisito da gestão e acesso aos documentos públicos, permitindo a padronização de procedimentos para reconhecer e tratar documentos e informações exigidas para a aplicação da Lei de Acesso à Informação.

De igual modo é possível indicar que, a partir da difusão de método fundamentado em conceitos próprios da Arquivologia, o Programa de Gestão de Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, PGD Carioca, criado pelo Decreto Rio nº 48.973, de 10 de junho de 2021, implementado com o objetivo de identificar e publicizar documento e informação produzidos no âmbito da administração pública municipal, como condição para o acesso à informação, a promoção da transparência administrativa e a garantia da integridade pública na cidade do Rio de Janeiro.

Os resultados preliminares revelam informações pertinentes, que permitem analisar o cenário atual, e refletir sobre as questões que envolvem a identificação arquivística como requisito para possibilitar o acesso aos documentos e à informação, promover a transparência administrativa e garantir a integridade pública.

2.1. Identificação arquivística na perspectiva ibero-americana

A sistematização conceitual e metodológica da identificação arquivística, presente nas políticas nacionais de arquivos e nos seus instrumentos norteadores, trazem, em seu aporte teórico, novas perspectivas de investigação. Estudos desenvolvidos por Rodrigues (2003, 2008) permitiram analisar os aspectos teóricos e metodológicos que caracterizam a "identificação" e sua pertinência como método para a arquivística, designando-a por "identificação arquivística".



Observa-se que alguns dos países ibero-americanos não possuem, em âmbito nacional, legislação que regulamente os arquivos, e nem metodologia de referência para identificar os documentos de arquivo, objeto das políticas públicas de gestão de documentos e sistemas nacionais de arquivo. Tal constatação indica que, apesar dos países que configuram o contexto ibero-americano possuírem uma tradição arquivística em comum, existe uma diversidade na adoção do conceito de identificação, devido às complexidades e particularidades de cada país.

A pesquisa documental permitiu observar que o termo e o conceito relacionado à identificação arquivística aparecem como processo, fase, estudo, etapa, investigação ou operação, conforme indicado em pesquisa na legislação que dispõe sobre os sistemas nacionais de arquivos da Colômbia, Costa Rica, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Peru, Porto Rico, República Dominicana; nos dicionários de terminologia arquivística do Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Espanha e México, e em manuais de procedimentos arquivísticos de Cuba, El Salvador, Espanha e México. Conforme é possível observar a seguir:

Quadro 1: Identificação na perspectiva ibero-americana.

País	Termo	Fontes de Informações
		Legislação Arquivística, Manuais de procedimentos arquivísticos, Dicionários de Terminologia e Glossários
Brasil	Identificação	Processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual (Dicionário de Terminologia Arquivística, 2005).
Colômbia	Identificação Documental	Primeira etapa do trabalho arquivístico que consiste em investigar, analisar e sistematizar as categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo (Acuerdo n. 07/1994. Reglamento General de Archivos, tradução nossa; Manual de Organización de Fondos Acumulados, 2004, tradução nossa; Banco Terminológico, 2006, tradução nossa).
Costa Rica	Identificação Documental	Primeira etapa do trabalho arquivístico que consiste investigar, analisar e sistematizar as categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo (Diccionario Ilustrado de Terminologia Archivística Costaricense, n.d, tradução nossa).
Cuba	Identificação	Fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo (Manual de Procedimientos para el Tratamiento Documental, 2008, tradução nossa).



Espanha	Identificação	Fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo (ESPANHA, 2011, tradução nossa; (DICCIONARIO, 1993, tradução nossa). O processo de análise e investigação através do qual se analisam a organização e funções da administração que produz os documentos, assim como as séries documentais em que se materializam tais funções, como base para sua posterior classificação (ESPANHA, 2017, tradução nossa).
República Dominicana	Identificação	Fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo (REPÚBLICA DOMINICANA, n. 481-08., tradução nossa).
México	Identificação	Consiste na investigação e análise das características dos elementos essenciais que constituem a série documental, a função, o sujeito produtor e o documento de arquivo (MÉXICO, 2012, tradução nossa).
El Salvador	Identificação	A identificação consiste em um estudo do órgão produtor, suas funções e seus documentos, para que possamos determinar os seguintes elementos: O produtor dos documentos. Quando e como foi recebido. Contexto em que foi produzido, ou seja, o assunto. Com qual função administrativa se relaciona o documento. A quem se destina e aqueles que usam (EL SALVADOR, 2013, tradução nossa).
Portugal	Identificação	Operação que consiste em reconhecer e/ou individualizar uma unidade arquivística através da sua forma, conteúdo ou outros dados pré-determinados, como, por exemplo, a referência (PORTUGAL, 2010).

Fonte: Elaboração dos autores

Faben e Rodrigues (2017) ressaltam que a perspectiva iniciada pela Espanha, ao formular e divulgar o conceito de Identificação como método preliminar e independente, no contexto do Grupo Ibero-americano de Tratamento de Arquivos Administrativos (GITAA), influenciou uma tradição arquivística ibero-americana. Tal pode ser evidenciado a partir da Lei Nacional de Arquivos da Colômbia e da República Dominicana. Da mesma forma, os conceitos dos dicionários de terminologia arquivística da Colômbia, Costa Rica e México, e também os manuais de normas e procedimentos arquivísticos, publicados pelos arquivos nacionais de Colômbia, Cuba, El Salvador e México, que acolhem a concepção teórica e metodológica do conceito de Identificação, difundido pela tradição espanhola.

Na Espanha, o uso do termo e a formulação do conceito de Identificação foram determinantes para a consolidação de um método para reconhecer e tratar o documento de arquivo na sua fase de produção ou acumulação. A identificação marca a tradição arquivística de países ibero-americanos. Pode verificar-se a influência desta corrente na legislação vigente,



nos dicionários de terminologia arquivística, e nas concepções de manuais de procedimentos arquivísticos analisados.

No que se refere ao uso do termo identificação e ao conceito que o define, observa-se que a Colômbia, embora adote o termo identificação documental, o conceito e os procedimentos arquivísticos para a organização de documentos são semelhantes ao espanhol, pois se referem à identificação como: “primeira etapa do trabalho arquivístico que consiste em investigar, analisar e sistematizar as categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (COLOMBIA, 2004).

Cuba usa o termo Identificação definindo-o como “a primeira fase intelectual da metodologia arquivística em que se produz o estudo do órgão produtor e do tipo documental”. Além desta definição, apresenta os procedimentos necessários para reconhecer o órgão produtor e os documentos produzidos. A fase de identificação tem como resultado o “conhecimento exaustivo dos elementos que constituem cada série documental, que permitirá estabelecer critérios de classificação e ordenação”, entendendo por série documental “o conjunto de documentos produzidos por um mesmo órgão produtor em desenvolvimento de uma mesma função cuja atuação administrativa é fixada em um mesmo tipo documental” (FERRIOL MARCHENA, et al., 2008).

A República Dominicana também adota a perspectiva espanhola, ao estabelecer os procedimentos para realizar a identificação de documentos, na gestão de arquivos: “identificar o produtor e elaborar seu quadro de classificação, determinar as competências amparadas pelas disposições legais e administrativas, identificar os tipos documentais e registrar os dados obtidos nas fichas de identificação de séries documentais” (REPÚBLICA DOMINICANA, 2010).

Em Costa Rica, a identificação está relacionada com a classificação, conforme é possível observar no regulamento da lei do Sistema Nacional de Arquivos: “a classificação é a técnica mediante a qual se identificam e agrupam os documentos semelhantes com características comuns, de acordo com um plano previamente estabelecido” (Lei nº 7202, 1990). De maneira semelhante, na legislação peruana, encontramos a ocorrência do termo “identificar”, no momento em que a lei de arquivos aborda o conceito de descrição documental e avaliação documental (RESOLUÇÃO JEFATURAL n.º 073-85, 1985, p. 07). Da mesma forma, ocorre na Lei de Administração de Documentos Públicos de Porto Rico, em que



não há conceito atribuído ao termo identificação, conforme é possível destacar: “identificação do documento, para descrever melhor aqueles cujo título não se explique por si mesmo” (COSTA RICA, 1955, p.04).

No México, por exemplo, a identificação de documentos é vista na *Ley Federal de Archivos* (2012) como um dos “processos para a formação do Sistema Nacional de Arquivos”. O conceito aparece nas normas para elaboração de tabelas de temporalidade, para as quais a identificação “consiste na investigação das características dos elementos essenciais que constituem a série documental, a função, o órgão produtor e o documento de arquivo”. Esta norma aborda os procedimentos para realizar a pesquisa na fase de identificação, e, como resultado desta etapa, é possível conhecer a evolução orgânica do produtor. A partir da identificação das séries documentais, e com base nas funções do órgão, é possível conhecer os trâmites e os procedimentos que dão lugar à integração dos documentos que formam cada série documental. Além das etapas descritas, apresenta, ainda, formulários para registrar as informações compiladas nas fases de identificação e avaliação (MÉXICO, 2012).

Estas iniciativas são semelhantes ao que dispõe a Lei Federal de Arquivos do México, aspecto que destaca a influência que este país exerce na arquivística regional, pois há similaridade de redação nos projetos de leis de arquivos, através dos quais se observa a necessidade de identificar os documentos para tratá-los tecnicamente.

Apesar de não possuir uma legislação que regulamente os Arquivos, El Salvador, na tentativa de combater a corrupção, e visando a transparência administrativa e o acesso à informação pública, elaborou uma Normativa Nacional de Arquivo, que apresenta instruções para organizar, conservar e disseminar a informação das instituições públicas. Além disso, esta norma é norteadora para a implementação do sistema institucional de arquivos do país, que define a identificação como uma fase preliminar ao tratamento técnico dos documentos de arquivos, ressaltando que “é difícil começar a organizar os documentos sem conhecer as funções e trajetória dos órgãos que os produziram. Em síntese, a identificação consiste em um estudo do produtor, suas funções e seus documentos” (EL SALVADOR, 2013).

Portugal é um país com grandes contribuições ao pensamento informacional ibero-americano. A partir dos anos 90 do século XX, tem-se conhecimento da primeira publicação sobre o estudo orgânico-funcional desenvolvido por José Subtil aplicado ao Ministério das Finanças. Situação esta que merece destaque e aprofundamento, com o objetivo de



sistematizar este percurso teórico-metodológico, bem como estudar as semelhanças e diferenças sobre os aspectos pertinentes ao desenvolvimento da identificação arquivística enquanto método, e dos estudos orgânicos-funcionais nos trabalhos teóricos e empíricos realizados em Portugal. Situação que merece aprofundamento, com o objetivo de sistematizar este percurso teórico-metodológico, desenvolvido no contexto português, bem como propor relações com a identificação arquivística.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências encontradas nos permitem, em primeiro lugar, caracterizar um panorama histórico e epistemológico da ibero América, que, devido à sua diversidade, utiliza termos e conceitos para fundamentar o tratamento dos documentos e da informação, sobretudo a identificação arquivística.

Observa-se que a identificação arquivística enquanto método é cada vez mais imprescindível, seja para implementar programas de gestão de documentos, seja para as soluções de tratamento técnico de documentos, pois permite a denominação correta e o agrupamento de séries documentais padronizadas em determinado contexto, permitindo sustentar cientificamente práticas arquivísticas.

Embora a terminologia, os métodos e as práticas sejam semelhantes, em alguns aspectos, eles diferem pela realidade complexa e particular de cada país. Desta forma, e por essas diferenças, o tratamento arquivístico em cada um dos países ibero-americanos não é idêntico. Não há uniformidade entre os conceitos e as práticas o que demonstra a particularidade de cada país. Desta forma, evidencia-se que não há consenso sobre a definição do conceito, o que torna ainda mais relevante o debate sobre a identificação arquivística e o lugar que este método ocupa na Arquivística.

Portanto, torna-se fundamental a definição do conceito de identificação arquivística, vista nesta pesquisa como um método que tem por objeto de estudo os documentos e seu produtor, dentro de determinado contexto, para que ocupe o lugar imprescindível de ponto de partida para a implementação de Programa de Gestão de Documentos para a garantia do acesso à informação, transparência administrativa e integridade pública, como contribuição ao combate à corrupção e em cumprimento ao ODS 16 da agenda 2030 da ONU .



REFERÊNCIAS

BANCO TERMINOLÓGICO. **Archivo General de la Nación Colombia**. Disponível em: <http://banter.archivogeneral.gov.co/vocab/index.php>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BUENO, Danilo André; RODRIGUES, Ana Célia; CAMPOS, Maria Luiza Almeida. Análise do conceito de 'identificação arquivística' à luz dos princípios da Teoria do Conceito de Dahlberg. In: **Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento** / coord. Maria da Graça Melo Simões, Maria Manuel Borges, 2017, ISBN 978-972-8627-75-1, p. 477-486.

BRASIL. Lei de Acesso à Informação. **Lei n. 12.527** de 2011. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/acesso-informacao-brasil/legislacao-integra-completa.asp>. Acesso em: 20 fev. 2022.

COLOMBIA. **Reglamento General de Archivos de Colombia**. 1994. Disponível em: <http://www.archivogeneral.gov.co/acuerdos>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CONDE VILLAVARDE, M. L. et al. **La identificación y valoración de los fondos documentales de la administración estatal: problemas y metodología**. 1991. In: Ibero-america: identico tratamiento para una misma realidad. Primeras Jornadas sobre Metodología para la Identificación y Valoración.

_____. **Manual de tratamiento de archivos administrativos**. 1992. Madrid: Dirección de Archivos Estatales / Ministério de Cultura.

COSTA RICA. Reglamento de la **Ley n.º 7202** del Sistema Nacional de Archivos de Costa Rica. 1995. Decreto Ejecutivo n.º 24023-C. Disponível em: <http://www.tse.go.cr/pdf/normativa/sistemanacionaldearchivos.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

DICCIONARIO de Terminología Archivística. Madrid: Dirección de Archivos Estatales, Ministerio de Cultura. 1993. Disponível em: <https://www.mecd.gob.es/cultura-mecd/areas-cultura/archivos/mc/dta/portada.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.

DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

EL SALVADOR. Normativa Nacional de Archivo. Subsecretaría de Transparencia y Anticorrupción. Archivo General de la Nación. 2013. Disponível em: <http://www.cultura.gob.sv/normativa-nacional-de-archivo-2/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ESPAÑA. Real **Decreto 1708/2011**. Establece el Sistema Español de Archivos y se regula el Sistema de Archivos de la Administración General del Estado y de sus Organismos Públicos y su régimen de acceso. 2011 Disponível em: https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2011-18541. Acesso em: 31 fev. 2022.

_____. Código de Archivos y Patrimonio Documental. **Boletín Oficial del Estado**. 2017. Disponível em:



https://boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=092_Codigo_de_Archivos_y_Patrimonio_Documental&modo=1. Acesso em: 20 fev. 2022.

_____. **Decreto n. 97/2000** por el que se aprueba el Reglamento del Sistema Andaluz de Archivos, y desarrollo de la Ley 3/1984, de 9 de enero, de Archivos. Disponível em: <http://www.juntadeandalucia.es/boja/2000/43/5>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FABEN, Alexandre; RODRIGUES, Ana Célia. A identificação de documentos no contexto arquivístico ibero-americano. In: **A Ciência Aberta: o Contributo da Ciência da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC**. Coord. Maria Manuel Borges, Elias Sanz Casado. Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20. 2017a, pp.1061 -1074. Disponível em: <https://purl.org/sci/atas/edicic2017>. Acesso em: 27 mar. 2021.

FERRIOL MARCHENA, M. M., PEDIERRO VALDÉS, O. M., Mesa León, M. & Maza Llovet, M. **Manual de procedimientos para el tratamiento documental**. 2008. Archivo Nacional de Cuba. Disponível em: <http://www.arnac.cu/wp-content/uploads/2010/06/Manula-de-procedimientos-para-el-tratamiento-documental.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

GLOSARIO ilustrado de terminologia archivística costarricense (n.d). Disponível em: [http://www.concla.net/Glosario/Glosario_terminologia_Archivistica_Costarricense I.html](http://www.concla.net/Glosario/Glosario_terminologia_Archivistica_Costarricense_I.html). Acesso em: 31 fev. 2022.

GUATEMALA. **Iniciativa que dispone aprobar Ley Nacional de Archivos**. Congreso de la Republica Guaremla. 2011. Disponível em: <http://www.congreso.gob.gt/manager/images/922E1E1F-C0FD-45E2-8BB2-E360B82B7DEF.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

HONDURAS. **Anteproyeto Lei General de Archivos**. n.d. Instituto de acceso a la información publica. Disponível em: <http://cei.iaip.gob.hn/doc/Anteproyecto%20de%20ley%20de%20archivo.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

LA TORRE MERINO, José Luis; MARTÍN-PALOMINO y BENITO, Mercedes. **Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deportes / (Escuela Iberoamericana de Archivos: experiencias y materiales). S.G. de Información y Publicaciones, 2000.

MARTIN-POZUELO CAMPILLO, Maria Paz. En torno a una tradición archivística ibérica y sus consecuencias en el uso de los archivos. In.: **I Seminário de Arquivos de Tradição Ibérica**. Rio de Janeiro, 03 a 07 de abril, 2000.

MÉXICO. **Instructivo para la elaboración del Catálogo de disposición documental**. 2012. Archivo General de la Nación México. Recuperado de <http://www.agn.gob.mx/menuprincipal/archivistica/pdf/instructivoCADIDO20072012.pdf>

_____. **Ley Federal de Archivos**. Nueva Ley publicada en el Diario Oficial de la Federación. 2012. Congreso General de los Estados Unidos Mexicanos. Recuperado de <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LFA.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022

MENDO CARMONA, C. Consideraciones sobre el método en archivística. 2004. **Documenta & Instrumenta**. Madrid. Universidade complutense de Madrid. I, 35-46.



PERU. **Normas Técnicas del Sistema Nacional de Archivos**. 1985. Resolucion Jefatural no. 073-85-agn-j Peru, Lima. Disponível em: <http://agn.gob.pe/Portal/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

PORTO RICO. **Ley de Administración de Documentos Públicos de Puerto Rico**. Para establecer un Programa de Administración de Documentos Públicos. 1955. Disponível em: http://www.presupuesto.gobierno.pr/PresupuestosAnteriores/2010-2011apr/Tomo_II/suppdocs/baselegal/031/5-1985.pdf. Acesso em: 22 fev, 2022.

PORTUGAL. **Normas Portuguesas de Documentação e Informação CT7**. Lisboa: BNP, 2010. Biblioteca Nacional de Portugal, Instituto Português da Qualidade; coord. Rosa Maria Galvão; [colab.] Fátima Loureiro Rebelo Pais. Lisboa: BNP: IPQ, 2010. 665 p. (Publicações técnicas).

REPÚBLICA DOMINICANA. **Decreto n. 129/2010** que establece el Reglamento para la Aplicación de la Ley General de Archivos de la República Dominicana, n. 481-08. Disponível em: http://www.agn.gov.do/sites/default/files/marcolegal/decreto_129-10_reglamento_de_aplicacin_ley_481-08_general_de_archivos.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

_____. **Ley General de Archivos n.481-08**. (n.d). Disponível em: http://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/RD3%20Ley%20de%20Archivos%20481_08.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

RODRIGUES, A.C. **Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos**: um manual para o Município de Campo Belo, MG. 2003. São Paulo: Universidade de São Paulo, (Dissertação de Mestrado). Disponível em: www.teses.usp.br. Acesso em: 20 de fev de 2017. Acesso em: 20 mar. 2022.

_____. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/pt-br.php>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SILVA, Carlos Guardado da. **Investigação em Ciência da Informação**. Lisboa: Edições Colibri. 2019.

_____. **Investigação Documental**. In S. Gonçalves; J. Gonçalves & C. Marques (Eds.), Manual de Investigação Qualitativa: Conceção, Análise e Aplicações. Lisboa: Pactor. (2021).